

Réplica

ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL

amprs 82
ANOS

Revista Réplica

Ano 42 - N° 9 | NOVEMBRO 2023

www.amprs.com.br/jornal-replica

ESPECIAL

Pujança na investigação

Saiba mais sobre os Gaecos e
entenda a sua relevância no combate
ao crime organizado

GAECO
MPRS

**REVISTA RÉPLICA**

ANO 42 – N° 9 | Novembro de 2023

Capa:

Tiago Coutinho/MPRS

Os Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado Gaecos são estruturas que existem há mais de 25 anos nos Ministérios Públicos estaduais. Por meio deles, é realizado o enfrentamento às atividades relacionadas à corrupção, lavagem de dinheiro e organizações criminosas, crimes que exigem das instituições do Estado um trabalho integrado e minucioso de investigação para a proteção dos princípios democráticos. Apesar de fundamentais para a elucidação de casos que envolvem esquemas reconhecidamente prejudiciais aos interesses da sociedade, estas estruturas têm sido alvos frequentes da tentativa de extinção, com o objetivo de suprimir o poder investigatório do Ministério Público. Por isso, nesta edição, a matéria especial dá destaque aos Gaecos, ressaltando a sua importância para a pujança da Instituição, bem como para jogar luz às problemáticas afrontas à sua já reconhecida constitucionalidade e relevância social.

Sumário

Carta ao Leitor	03
NOSSA ASSOCIAÇÃO Conheça os cargos não eletivos da Diretoria Executiva	04
ENTREVISTA – ALEXANDRE SALTZ, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA "A sociedade deve reconhecer o valor do Ministério Público", afirma Alexandre Saltz	07
CARREIRA Projetos de Lei para elevação de entrâncias propõem mudanças na carreira no MPRS	10
ESPECIAL Pujança na investigação	12
NOBEL DA PAZ MPRS recebe Nadia Murad, Nobel da Paz em 2018	16
MEMORIAL Fragmentos históricos do Palácio do Ministério Público por Cláudio Barros Silva	17
APARTES	18
CRÔNICA A riqueza das cidades por Mário Cavalheiro Lisboa	22
CRÔNICA Voto decisivo e salvador por Cláudio Brito	23

EXPEDIENTE

Réplica é uma publicação da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

PRESIDENTE

João Ricardo Santos Tavares

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Fernando Andrade Alves

VICE-PRESIDENTE DE NÚCLEOS

André de Azevedo Coelho

VICE-PRESIDENTE DE VALORIZAÇÃO FUNCIONAL

Henrique Rech Neto

VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Karine Camargo Teixeira

VICE-PRESIDENTE DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E RELACIONAMENTO

Márcia Regina Nunes Villanova

VICE-PRESIDENTE DE JUBILADOS

Guacira Almeida Martins

DIRETOR DA REVISTA RÉPLICA

Mário Cavalheiro Lisboa

COMITÊ EDITORIAL

André de Azevedo Coelho
Alessandra Moura Bastian da Cunha
Cláudio Barros Silva
Cláudio Brito
Fernando Andrade Alves
Karine Camargo Teixeira
Márcia Regina Nunes Villanova
Mário Cavalheiro Lisboa

EDIÇÃO

CORE Comunicação & Relacionamento
Rua Mostardeiro 777, 1401, Moinhos de Vento
CEP 90430-001 - Porto Alegre (RS)
core@corecomunicacao.com.br
(51) 3017-1284

REPORTAGEM

Matheus Closs (MTB 20.085)
Robson Hermes (MTB 20.074)

EDIÇÃO E REVISÃO

Mariana Oselame (MTB 13.040)
Catja Bandeira (MTB 7.212)
Larissa Pessi (MTB 20.006)

DIAGRAMAÇÃO

Rafael Sarmento [Prana - design & cultura]
Rua Cel. Fernando Machado, 464 - Centro Histórico
CEP: 90010-320 - Porto Alegre (RS)
rafael.sarmento@pranacultura.com
(51) 991.699.944

IMPRESSÃO

Editora São Miguel
Av. Alexandre Rizzo, 534, Desvio Rizzo
CEP 90230-010 - Caxias do Sul (RS)
(54) 3220.3232

TIRAGEM

1.300 exemplares

Carta ao leitor



Foto: Robson Hermes / AMPRS

Caro colega,

Com grande satisfação, entregamos mais uma edição especial da Revista Réplica! Marcando o aniversário dos 82 anos da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), esta tiragem traz como conteúdo principal uma matéria sobre o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado Gaeco do Ministério Público gaúcho e a importância desta estrutura para a pujança do poder investigatório da Instituição. Além disso, será apresentada a sua nova configuração oriunda da reformulação que passou a vigorar em agosto de 2023.

Nesta publicação, também apresentamos todos os cargos não eletivos que compõem a Diretoria Executiva, como os assessores especiais, diretores dos Departamentos e dirigentes que lideram projetos específicos — como a própria Revista Réplica — a fim de evidenciar e agradecer a todas as pessoas que fazem o dia a dia da nossa Associação.

Nas páginas seguintes, você pode acompanhar a entrevista do novo procurador-geral de Justiça, Alexandre Sikinowski Saltz, em que responde aos questionamentos de jornalistas e representantes dos principais veículos de comunicação do Estado sobre suas expectativas para o seu mandato à frente do Ministério Público e sobre os desafios que se desenham à Instituição.

Esta edição também traz, na editoria de Carreira, o andamento dos Projetos de Lei que tratam da elevação de entrâncias das Comarcas. De autoria do Ministério Público e do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, as matérias são frutos das articulações das delegações de promotores de Justiça de diversas cidades do Estado que pleitearam essa demanda junto à Corregedoria-Geral da Justiça.

No espaço dedicado ao Departamento do Memorial, temos a colaboração mais do que especial do procurador-geral de Justiça

(mandatos 1999–2001 e 2001–2003) e presidente da AMP/RS (gestão 1994–1996), Cláudio Barros Silva, com um artigo sobre a concepção do Palácio do Ministério Público que, atualmente, reúne e preserva um rico acervo histórico e cultural da Instituição.

Além disso, temos também um conteúdo sobre o evento encabeçado pela AMP/RS junto a diversas entidades jurídicas gaúchas que trouxe a Nobel da Paz Nadia Murad, ativista iraquiana na defesa dos direitos humanos que se tornou um símbolo da luta contra o tráfico sexual de mulheres e o uso da violência sexual em guerras e conflitos armados.

Ao final, além dos tradicionais artigos do procurador de Justiça jubilado e diretor da Revista Réplica, Mário Cavalheiro Lisboa, e do promotor de Justiça jubilado Cláudio Brito, integrante do Comitê Editorial, reunimos os principais acontecimentos do último semestre que movimentaram o cenário associativo e que retratam as principais demandas que pautaram os nossos esforços.

Esperamos que esta Revista consiga retratar os principais temas que têm mobilizado os esforços da Diretoria Executiva e que são de interesse de todos os promotores e procuradores de Justiça, assim como dos membros jubilados e pensionistas. Afinal, é por vocês que trabalhamos diuturnamente e é pela defesa dos seus interesses e prerrogativas que todos os dirigentes que por esta cadeira que ocupo passaram e todos os colegas que assumiram essa árdua e gratificante tarefa de representar a classe desde a criação da AMP/RS, naquele longínquo ano de 1941.

Que nossa entidade siga forte e pujante em sua missão!

Desejo a todas e todos uma boa leitura!

Conheça os cargos não eletivos da Diretoria Executiva

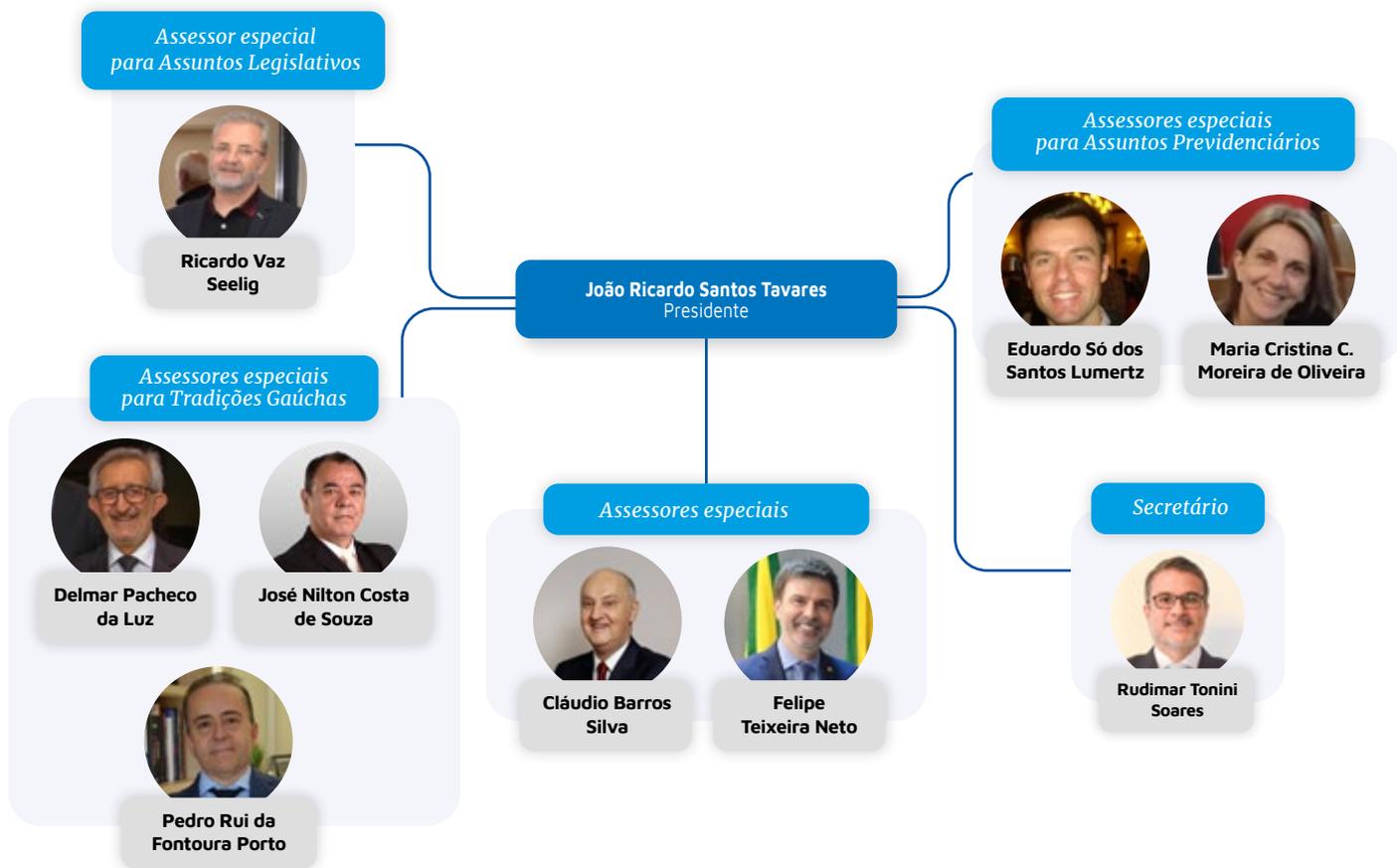
Saiba quem são os assessores especiais e diretores de Departamentos que constroem a gestão 2022-2024 da AMP/RS

Com mais de 90% dos votos, a Diretoria Executiva da Associação do Ministério Público, encabeçada pelo presidente João Ricardo Santos Tavares, foi reconduzida para liderar a AMP/RS no biênio 2022-2024. Entre os compromissos firmados a partir da posse, está a luta pela independência

institucional e pelo fortalecimento da visibilidade da classe.

Mas para alcançar os resultados almejados, o trabalho executado não se restringe apenas aos cargos eletivos de presidente e vice-presidentes escolhidos pelos associados, há também o apoio de inúmeros colegas que representam e

defendem os interesses da classe tanto no âmbito interno, quanto fora dos limites do Ministério Público a partir dos cargos de assessoramento e direção na AMP/RS. Reforçando o pilar da transparência – uma das propostas da gestão – conheça os nomes e cargos que compõem a estrutura organizacional da Associação.



Ligados diretamente à Presidência, os cargos de assessores especiais contribuem para o sucesso associativo em seus diferentes trabalhos, que em última análise, visam representar os colegas nos seus mais diversos e legítimos anseios, tendo sempre, como objetivo final, a prestação de cada vez melhores serviços à comunidade gaúcha e também melhores condições para a carreira dos membros do Ministério Público.

Os assessores especiais e secretário são fundamentais no aconselhamento

e na assistência e representação do presidente em eventos e atividades em que são eventualmente designados. Nas pastas voltadas para assuntos legislativos, o assessor auxilia na interlocução com agentes políticos e instituições, em busca da aprovação de projetos junto ao Legislativo e resolução de demandas voltadas para estes nichos de atividades. Da mesma forma, os assessores para Assuntos Previdenciários atuam nas discussões e debates sobre a temática e na articulação junto aos

parlamentares gaúchos. Criada em 2018, a pasta teve forte atuação no debate da reforma da previdência, aprovada no ano seguinte. Desde então, a assessoria vem mantendo atenção com relação a novos projetos e discussões de natureza previdenciária.

Já o assessoramento para Tradições Gaúchas é voltado para o fomento de atividades que valorizem a cultura do Estado, como as festividades da Semana Farroupilha, além de jantares típicos e demais eventos tradicionalistas.

Dentro da Vice-Presidência Administrativa e Financeira, o diretor da Sede Campestre é o responsável pelas reformas e melhorias das estruturas e espaços da sede, juntamente com a Diretoria Executiva. Nos últimos anos, o local passou pela revitalização de espaços como a quadra de saibro, além da instalação da quadra de beach tennis e do playground e, com o apoio da pasta, há um olhar permanente nas possibilidades de melhorias. Entre os próximos projetos planejados está a reformulação do salão nobre, com a integração da cozinha e churrasqueira fechada, ampliando a lotação máxima do espaço.

A Diretoria de Esportes é responsável por planejar e organizar as práticas esportivas com os associados, geralmente utilizando os espaços da sede campestre. Dentro dela, há os assessores de Futebol, Tênis e Corrida, que auxiliam também no planejamento do calendário esportivo nas respectivas áreas, a exemplo da participação no Torneio Nacional de Futebol, que ocorre anualmente em diferentes cidades do país. A pasta é fundamental também para a mobilização das diversas gerações de associados, buscando a integração dos mais antigos e dos mais novos por meio das atividades.



André de Azevedo Coelho
Vice-presidente de Núcleos

Dentro da Vice-Presidência de Núcleos, está a Diretoria de Defesa de Prerrogativas, a qual toca a tarefa de prestar integral assistência a todos os associados em caso de ameaça ou violação às suas prerrogativas, sejam elas atinentes ao exercício das funções ministeriais ou não. Entre os exemplos de prerrogativas está o acesso a quaisquer

autos de processos, em qualquer Juízo ou Tribunal.

O Diretor de Defesa de Prerrogativas também acompanha colegas associados – inclusive em suas comarcas – em caso de necessidade de assegurar a observância às prerrogativas ministeriais e auxilia na prestação de assistência jurídica aos associados.

Diretor de Defesa de Prerrogativas



Bill Jerônimo Scherer

Henrique Rech Neto
Vice-Presidente de Valorização Funcional

Karine Camargo Teixeira
Vice-Presidente de Relações Institucionais

As assessoras especiais da Mobilização Social e Relacionamento têm missão de contribuir para a realização de contatos e eventos de integração dos associados da AMP/RS entre si e com a sociedade gaúcha, mostrando a importância dos seus membros para a comunidade e

fomentando debates de interesse da classe e a troca de experiências entre os colegas. Entre os temas de destaque para as assessoras especiais da pasta está o debate sobre a equidade de gênero – na sociedade e no âmbito associativo e no da Administração Superior, visando atender a igualdade de oportunidades.

Márcia Regina Nunes Villanova
Vice-Presidente de Mobiliz. Social e Relacionamento

Assessoras Especiais



Cinara Vianna Dutra Braga



Carla Carrion Frós

Corroborando o momento de ampliação e busca pela igualdade de gênero nos espaços do Ministério Público, o Departamento de Mulheres foi criado informalmente em 2017, sendo formalizado em 2021 (pela Portaria n.

01/21). O Departamento tem o objetivo de ser um espaço de discussões amplas sobre a participação feminina e seus desafios tanto na vida associativa, quanto na institucional. Entre as atribuições da diretoria está a promoção de encontros,

reuniões, cursos, palestras e eventos para estímulo de interação profissional, cultural, educacional e filantrópica das associadas; além disso, também possui o papel de estimular as interações entre as mulheres associadas.

Diretora do Departamento de Mulheres



Simone Mariano da Rocha

Diretora Cultural



Angela Caren Dal Pos

Diretora de Turismo e Eventos



Cláudia Ferraz Rodrigues Pegoraro

Diretora de Convênios



Priscilla Ramineli Leite Pereira

Vice-Diretora



Luciana Cano Casarotto

A Diretoria Cultural é responsável pela organização do Grupo Literário, realizado mensalmente na Associação. A diretora tem o papel de capitanear a escolha das obras que a serem debatidas no grupo, convidando também autores para participar dos encontros. Além disso, a pasta presta apoio ao Departamento de Mulheres no planejamento de eventos que integrem as colegas socialmente e culturalmente.

A Diretoria de Turismo fica a cargo do andamento de projetos na área e suporte nas

questões relacionadas à eventos e viagens voltadas aos membros do Ministério Público, como o Congresso Nacional do MP e o Congresso Nacional do Júri.

Há ainda a Diretoria de Convênios, que tem como encargo a verificação e atualização de convênios. Entre as prioridades atuais da pasta estão a busca por cursos de tiro, direção defensiva e redes de academia, além da procura por convênios para a aquisição de armamento e veículos.

Guacira Almeida Martins
Vice-Presidente de Jubilados

Assessora



Carmen Silvia Reis Conti

Diretora do Memorial



Maria Ignez Franco Santos

A assessora da Vice-Presidência de Jubilados auxilia na defesa dos interesses dos aposentados, bem como realização de eventos que busquem promover a integração entre o grupo.

Diretora de Pensionistas



Maria Alice Costa Hofmeister

Diretor de Mútua e Assistencial



Cezar Antonio Rigoni

O Departamento do Memorial é responsável pelo resgate histórico da Associação. Cabe à diretora o planejamento de projetos que abordem diversos momentos da octogenária história associativa. Entre os projetos executados recentemente pela pasta estão o lançamento do livro de histórias e do livro-álbum de 80 anos da Associação. Além disso, a pasta pretende desenvolver novas iniciativas, como exposições de arte e um projeto de recuperação da história das Promotorias do interior do Estado.

Criado em março de 2004, o Departamento de Pensionistas surgiu da irrisignação das pensionistas contra o atraso e o parcelamento no pagamento das pensões por parte do IPE. Desde então, o Departamento, liderado por uma diretora, busca acolher todos os que perderam seus entes queridos, oferecendo suporte nos momentos mais difíceis das suas vidas. Além disso, tem a finalidade de congrega, conhecer e atender as necessidades das pensionistas do Ministério Público, atendendo e dando suporte às demandas jurídicas do grupo.

A Mútua destina-se a congrega os associados da AMP/RS para, recolhendo recursos daqueles que optarem pelo serviço, proporcionar o pagamento de pecúlio aos beneficiários indicados por eles, quando venham a falecer. Neste sentido, cabe ao Diretor da Mútua administrar, propor a movimentação de valores do fundo de contingência, o pagamento dos pecúlios devidos e a alteração das alíquotas percentuais e critérios de contribuições. As deliberações passam ainda por um Conselho Fiscal e pela Assembleia de Participantes.

Revista do Ministério Público



Michael Schneider Flach
Diretor da Revista do Ministério Público



Vinicius de Melo Lima
Vice-diretor da Revista do Ministério Público

O Diretor da Revista do Ministério Público é uma escolha pessoal e direta do presidente da AMP/RS, e a ambos é delegada a escolha do vice-diretor e dos oito membros do Conselho Editorial. O critério de indicação é de natureza técnica, de acordo com a formação acadêmica e de aperfeiçoamento dos integrantes, tendo em vista o perfil científico da Revista. Cabe ao Diretor a organização e indicação de temáticas a serem trabalhadas na edição. Ele também participa da seleção dos artigos, juntamente com o vice-diretor e o Conselho Editorial.

Com seu primeiro volume publicado em 1941, a Revista o Ministério Público passou longo período de inatividade, até voltar a ser reeditada em meados de 1973. Desde então, a revista já chegou à publicação de nº 93, lançada semestralmente, reúne artigos acadêmicos de autoria dos membros do Ministério Público nas mais variadas áreas do Direito.

Revista Réplica



Mário Cavalheiro Lisbôa
Diretor da Revista Réplica

Fundado como Jornal Réplica, em 1984, na cidade de Passo Fundo, pelos colegas João Batista Marques Tovo, Sérgio Mafessoni, Odone Sanguiné e Mário Cavalheiro Lisbôa, foi transformada em revista nos últimos anos, adotando periodicidade semestral. Juntamente com um comitê editorial, o diretor da Revista Réplica participa do processo de escolha das pautas e temáticas a serem exploradas na publicação. Além de difundir notícias, a revista tem a valiosa função de preservar a memória da Associação. ■

"A sociedade deve reconhecer o valor do Ministério Público", afirma Alexandre Saltz



Foto: Tiago Coutinho/MPRS

Nomeado procurador-geral de Justiça no início de junho, Alexandre Sikinowski Saltz fala sobre como se desenhará a atuação do Ministério Público gaúcho frente aos desafios que se impõem à Instituição e a sua visão para sua gestão (2023-2025)

Com 403 votos (36,5%), Alexandre Sikinowski Saltz foi o candidato mais votado da lista-tríplice para ocupar o cargo de procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul. No início de junho, foi nomeado pelo governador Eduardo Leite, tomando posse do cargo no dia 6 de junho. Membro do Ministério Público desde 1990, Saltz tomou como principal compromisso do seu mandato a retomada do protagonismo do Ministério Público. Ao lado dos subprocuradores-gerais de Justiça Josiane Superti Brasil Camejo (Assuntos Jurídicos), Heriberto Roos Maciel (Assuntos

Administrativos), Luciano Vaccaro (Assuntos Institucionais) e João Cláudio Pizzato Sidou (Gestão Estratégica), abraçou o desafio de promover as correções esperadas e as mudanças obrigatórias para construir alternativas e produzir os avanços necessários na Instituição.

Em entrevista à Revista Réplica, a partir de perguntas formuladas por representantes dos principais veículos de comunicação do Estado, o procurador-geral de Justiça fala a sua visão sobre o Ministério Público no contexto social e o seu papel no combate à polarização e na defesa da liberdade de expressão e das garantias fundamentais.



Lisiane Russo

Diretora Geral Grupo Band RS

Foto: Antares Martins/Divulgação

Uma das mazelas atuais da nossa sociedade é a violência contra a mulher. São frequentes casos de todo tipo de agressão, muitas vezes com desfecho trágico de assassinato. Noticiamos esses tristes episódios com muita frequência. O MP faz um trabalho consistente no combate a esse tipo de crime, mas eles seguem acontecendo. Eu gostaria de saber do senhor o que mais é

possível fazer e como podem ser adotadas novas ações para combater a violência contra a mulher?

A prevenção e o combate à violência contra a mulher são e devem ser prioridades na atuação do MPRS. Por esta razão, criamos o Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Sabemos das dificuldades de enfrentarmos esta forma de violência, que tem características peculiares decorrentes da relação existente entre vítima e agressor. Alinhamos como políticas institucionais a expansão dos Grupos Especiais de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – GEPEVID; o fomento às redes municipais de atendimento; o lançamento do projeto CAO na Estrada, que leva às comunidades orientações técnicas e operacionais para o enfrentamento do tema; a realização de círculos reflexivos para homens que cometeram

violência como forma de prevenir eventos futuros; e investir muito em educação acerca do tema. Mas buscaremos, acima de tudo, a proteção das vítimas e a responsabilização dos agressores.



Paulo Sérgio Pinto

Vice-presidente da Rede Pampa de Comunicação

Foto: Rede Pampa/Divulgação

Alexandre Saltz, Procurador-Geral de Justiça, considera o Ministério Público o "Quarto Poder"? E em que medida podemos considerar a atuação do MP, independente de posição, pela força constitucional que tem e do protagonismo que poderá ter na sua gestão frente ao cenário da vida pública do Rio Grande do Sul e da sociedade como um todo?

O Ministério Público não é um Quarto Poder. É uma instituição com roupagem e atribuições constitucionais que tem por vocação a defesa do Estado democrático de direito e da ordem jurídica. Estamos retomando o protagonismo em variadas áreas. A sociedade deve reconhecer o valor do Ministério Público e identificá-lo como verdadeiramente essencial na proteção e promoção dos direitos previstos na Constituição Federal. Seremos contemporâneos. Acredito que a instituição pode e deve, a partir de conversas construtivas com os Poderes e agindo de modo proativo com a sociedade, moldar ações e medidas que conectem o Ministério Público não apenas ao desenvolvimento do Estado, mas, também, àquilo que é indispensável e essencial para a comunidade gaúcha. Esse vínculo é o que destacará a imagem da instituição. E a sociedade pode esperar do Ministério Público uma instituição que estará próxima e sempre comprometida com o avanço na busca de soluções adequadas e possíveis, dentro do ordenamento jurídico, às necessidades do cotidiano. Atuaremos sempre e onde for necessário. Evoluiremos. Esse dinamismo desafiará o Ministério Público no efetivo enfrentamento a todas as formas de criminalidade, no acolhimento e na proteção das vítimas, no combate à violência doméstica, na qualificação do sistema de cumprimento de penas, mas, também, na necessária proteção do meio ambiente, nos investimentos em educação, no zelo pelo patrimônio público, na realização dos direitos dos consumidores, dos idosos, das crianças e adolescentes, das pessoas com deficiência e de todos que estão em situação de vulnerabilidade.



Marta Gleich

Diretora-executiva de Jornalismo e Esporte do Grupo RBS

Foto: Raul Krebs/Divulgação

A sociedade gaúcha, assim como o resto do mundo, assiste nos últimos tempos a um acirramento da radicalização, muito além do debate plural e construtivo de ideias que é saudável numa sociedade democrática. Como o Ministério Público pode ajudar na construção de pontes e na busca do diálogo, no sentido de identificar pontos de consenso para que as entidades e a comunidade evoluam?

O Ministério Público tem a vocação constitucional de proteger a democracia. Isso pressupõe uma atuação de diálogo e de respeito às diferenças. Atuaremos muito na proteção dos vulneráveis. Potencializamos o nosso Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público – o MEDIAR-MP, a fim de implementarmos soluções construídas e consensuais entre as partes envolvidas.



André Haar

Jornalista e apresentador do SBT-RS

Foto: Lourival Ribeiro/SBT/Divulgação

Cumprimentando e desejando sucesso em sua liderança frente ao Ministério Público do RS, gostaríamos que o senhor detalhasse quais projetos serão colocados em prática com relação a aproximação da sociedade ao Ministério Público. Nos parece evidente que o MP precisa fortalecer esta relação, a fim de esclarecer em quais situações as comunidades devem e podem procurar esta tão importante instituição. Quais projetos, onde serão desenvolvidos, qual didática a ser utilizada? Agradecemos a oportunidade. Saudações da equipe de jornalismo do SBT RS!

Estamos nos aproximando da sociedade de várias formas. Entre estes projetos de aproximação está a reestruturação do nosso Centro de Apoio Operacional Criminal e de Atendimento às Vítimas, pois sentimos a necessidade de criar mecanismos para tornar o contato da população com as Promotorias de Justiça mais claro e seguro, esclarecendo os direitos das vítimas e adotando a proteção delas como prioridade na atuação do Ministério Público. A educação também é outra prioridade para a nossa gestão, assim como a implantação de um novo modelo de telefonia, que incluirá, gradativamente, para a população gaúcha, o contato por Whatsapp com as Promotorias. A modernização dos nossos sistemas, que vai agilizar os processos, também é uma forma de estar mais próximos e sermos mais resolutivos para o cidadão. Além disso, a nossa comunicação está mais focada em falar diretamente com os gaúchos, explicando o funcionamento da instituição e ouvindo as demandas a partir dos nossos canais oficiais e redes sociais. Este movimento inclui a utilização da linguagem acessível e a potencialização na distribuição das informações para a imprensa. Sempre obedecendo aos princípios da comunicação pública de dar transparência às ações do Ministério Público. Importante reiterar, nesse contexto, a nossa necessidade de recomposição orçamentária e de pessoal. Atualmente, temos mais de 200 cargos vagos para promotores de Justiça, cerca de 70 deles na entrância inicial e isso, infelizmente, nos afasta da população. Outros 11 novos membros tomaram posse no último dia 12 e um novo concurso já está em andamento.



Guilherme Baumhardt

Gerente-geral da Rádio Guaíba

Foto: Arquivo pessoal/Divulgação

O trabalho de promotores e procuradores já foi alvo de inúmeras tentativas de cerceamento, ao mesmo tempo em que a liberdade de expressão e opinião, tão essencial aos jornalistas, agora é atacada. Como proteger dois pilares tão fundamentais em qualquer país livre?

Ministério Público e imprensa possuem atividades muito semelhantes na medida em que a informação é essencial à democracia e ao sistema de justiça. Liberdade de opinião e de expressão é indispensável para a sociedade. MP e imprensa trabalham juntos para garantir que o poder público e a sociedade cumpram suas obrigações de respeito, proteção e promoção de direitos ao ordenamento jurídico. Por isso, liberdade de informação e de expressão é um valor que deve ser protegido, mas também não é absoluto. ■



Projetos de Lei para elevação de entrâncias propõem mudanças na carreira no MPRS

Comissão de Constituição e Justiça deu parecer favorável ao Projeto de Lei 322/2023, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, no dia 12 de setembro. Foto: Robson Hermes/AMPRS

Em tramitação na Assembleia Legislativa, propostas preveem elevação de 26 comarcas no Estado. Mudanças prometem melhorar o atendimento jurisdicional das regiões e resolver os problemas de movimentação da carreira dos membros das Instituições

No dia 12 de setembro deste ano, foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado (ALRS) o parecer do deputado Delegado Zucco Projeto acerca do Projeto de Lei Complementar nº 322/2023. De autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, a proposta trata da elevação de 15 promotorias de entrância inicial para entrância intermediária, e de 11 promotorias de entrância intermediária para entrância final.

O projeto de lei prevê a elevação de entrância inicial para a entrância intermediária das Promotorias de Justiça de Campo Bom, Canela, Canguçu, Charqueadas, Encantado, Estância Velha, Gramado, Itaqui, Marau, Panambi, Parobé, Santo Antônio da Patrulha, São Sebastião do Caí, Três de Maio e Três Passos. No mesmo sentido, propõe a elevação das Promotorias de Justiça de Bagé, Canoas, Erechim, Gravataí, Novo Hamburgo, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo, Santo Ângelo, Uruguaiana e Viamão, da entrância intermediária para a final.

O parecer favorável é uma conquista dos Municípios após um movimento que teve forte adesão das comunidades locais, mobilizando ao longo do último ano diversos encontros entre comitivas formadas pelas instituições dos Municípios envolvidos - como a OAB, o Legislativo e órgãos de Segurança - com a Corregedoria-Geral da Justiça. Nestes encontros, foram apresentados relatórios e estudos técnicos para apreciação do órgão.

No pleito, o aumento de nível pretende melhorar a capacidade das comarcas, possibilitando a instalação de mais Varas. Como

consequência, há crescimento nas verbas recebidas e no número de servidores, o que acaba por resultar em melhorias na prestação jurisdicional. Da mesma forma, possibilita que promotores sejam promovidos, mas sem que seja necessário o deslocamento para outra cidade.



Presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, e o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Luciano Vaccaro, acompanham a sessão da CCJ. Foto: Robson Hermes/AMPRS

Motivação do projeto

O projeto enviado pelo Ministério Público guarda simetria com a proposta de Projeto de Lei n. 313/2023, também encaminhada para apreciação da Casa Legislativa pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) e que foi aprovada pelo Plenário

da Casa no dia 24 de outubro. A justificativa que acompanha o PL do Poder Judiciário ressalta a importância e necessidade das elevações de entrâncias para atacar o volume de trabalho e também para a modernização e a implementação de estruturas mais especializadas e regionalizadas.

“O Poder Judiciário percebeu a necessidade da modernização de seus serviços, objetivando maior celeridade e qualidade no atendimento ao nosso cliente, a sociedade. A proposta demonstra que o Poder Judiciário pretende virar a página na sua proposta histórica de atuação, da era papel para a era digital, utilizando-se da inteligência artificial para auxílio no mister diário, especialmente pela tramitação dos processos de forma automática e intermitente”, defende o corregedor-geral da Justiça, desembargador Giovanni Conti.

Outro problema atacado é o reduzido número de entrâncias finais no Rio Grande do Sul, o que implica grande movimentação de promotores e juízes na entrância intermediária. Das 165 comarcas do Estado, são apenas 5 de entrância final (Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria e Passo Fundo). Em comparação com os outros estados da região Sul, que também são estruturados em três entrâncias, o número fica bastante abaixo – Santa Catarina tem 21 comarcas, e o Paraná conta com 18 na final. São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, contam com 27 e 31, respectivamente.

Além disso, o Sistema de Justiça quer acompanhar as mudanças dos índices populacionais e de volume de processos nas regiões do Estado. Afinal, a última vez em que o TJRS tinha se aprofundado em relação ao tema foi em 2009, quando as quatro comarcas do interior se juntaram à Porto Alegre na entrância final.

Impacto na carreira

Em relação à carreira dos promotores e procuradores de Justiça, foi iniciado, ainda em 2020, um estudo aprofundado no âmbito da Associação sobre o tema. Durante a posse do presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, em dezembro daquele ano, foi instituída uma Comissão de Estudos da Carreira do Ministério Público. Ao longo de meses, foram levantadas alternativas para a carreira, estando entre elas a de elevação de entrâncias.

“A Comissão de Estudos da Carreira da AMP/RS foi o primeiro passo dado, em termos associativos, para que nós pudéssemos olhar para essa movimentação como uma demanda legítima dos promotores e procuradores de Justiça. O projeto de elevação das entrâncias foi uma das propostas e sugestões que surgiu como forma de acontecer a movimentação e também a possibilidade de criação

de novas Promotorias como uma forma também de movimentação da carreira”, analisa a vice-presidente de Relações Institucionais da AMP/RS, Karine Teixeira, que participou do grupo de estudos, o qual chegou a contar com 40 membros do Ministério Público de todas as entrâncias. O documento com as conclusões foi entregue à Administração Superior em setembro de 2021.

Com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 322/2023, os promotores de Justiça titulares dos cargos nas comarcas elevadas, em caso de habilitação para promoção às entrâncias intermediária e final, poderão exercer a opção para que a promoção se efetive na comarca em que são titulares.

“A proposta contemplaria esta possibilidade, a exemplo de outras carreiras jurídicas. Ela não será para todos os integrantes do Ministério Público, mas, dado o número elevado de comarcas a serem elevadas (26), tem um impacto grande em termos de quantidade de colegas que terão esta possibilidade”, explica o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Institucionais do MPRS, Luciano Vaccaro.

Além disso, o aumento das promotorias de Justiça poderia solucionar a sobrecarga de trabalho originada do processo eletrônico e do grande volume de expedientes e de demandas que chegam ao judiciário e ao MPRS.

Novas comarcas buscam elevação

Enquanto a proposta do Ministério Público ainda aguarda aprovação do plenário da ALRS, uma série de outras comarcas têm aproveitado o momento para realizar o mesmo pleito. Segundo a Corregedoria-Geral da Justiça, já foram realizadas mais de 40 reuniões pleiteando elevação de entrância, entre comarcas intermediárias e iniciais. Muitas delas contaram com o apoio e participação da AMP/RS.

Entretanto, apesar da grande quantidade de comarcas demandando, há limites previstos pelo Código de Organização Judiciária do Estado (COJE), para criação de comarcas, varas e elevação de entrâncias. “São vários os quesitos, objetivos e até subjetivos, pois é necessário o exercício de projeções. Mas estando presentes todas as exigências previstas na legislação, cabe ao Poder Judiciário, também no exercício da oportunidade e conveniência, inclusive orçamentária, encaminhar projetos ao Legislativo gaúcho, objetivando suprir as necessidades das comunidades atingidas”, explica o desembargador Giovanni Conti.

Apesar disso, o Poder Judiciário segue atento à prestação jurisdicional, com a criação de varas estaduais (Executivo fiscal estadual e Vara da Saúde) e varas regionais (Empresariais, Executivo fiscal municipal e Juizados da Fazenda, entre outras medidas. ■

Benefícios do projeto



Distribuir de forma harmônica as 11 Comarcas de Entrância Final em todas as regiões do Estado, colaborando com o crescimento social e econômico, criando-se polos regionalizados.



Manter os magistrados, promotores e servidores o maior tempo nas comarcas sem a necessidade de movimentações que sempre prejudicam o bom andamento dos processos.



Possibilidade que o magistrado e o promotor com permanência prolongada melhore sua interação e tenham relacionamento mais próximo das instituições públicas e privadas da Comarca, atuando de forma ativa nas iniciativas sociais.



Possibilidade de instalação de varas regionalizadas e especializadas, uma vez que o processo eletrônico permite o trabalho e atuação remota de servidores, magistrados e promotores.

Pujança na investigação

Foto: Tiago Coutinho/MPRS

O combate às atividades relacionadas à corrupção, lavagem de dinheiro e organizações criminosas exige das instituições do Estado um trabalho integrado e minucioso de investigação para a proteção dos princípios democráticos. Por isso, no Ministério Público, as ações de enfrentamento destas tipificações de crimes perpassam pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público Gaeco, órgão integrado por promotores de Justiça designados pelo procurador-geral de Justiça, além de servidores, policiais civis e militares cedidos ao Ministério Público, que atua diretamente na investigação e na desarticulação destas atividades. Considerando a complexidade destas infrações, há a necessidade de um órgão interno exclusivo para auxiliar os promotores de Justiça na elucidação destas infrações, por meio da adoção de métodos qualificados, do uso de tecnologia de ponta e do apoio de equipes especializadas. Todo este aparato garante ao Ministério Público reconhecidos êxitos perante à sociedade no desmantelamento de grandes esquemas e no combate ao avanço da macrocriminalidade. No entanto, apesar de salutar para a defesa do interesse público, a pujança do poder investigatório do Ministério Público com frequência é questionada e sofre tentativas de mitigação e supressão, seja através de ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF), seja por proposições de projetos de lei no Congresso Nacional.

Constitucionalidade reconhecida

Em abril de 2023, a maioria dos ministros do STF julgou improcedentes ações (ADI's 2838/MT e 4624/TO) de partidos políticos que questionavam as leis estaduais do Ministério Público de Mato Grosso e do Tocantins sobre o funcionamento dos Gaecos. Durante o trâmite, a articulação da Associação Nacional

dos Membros do Ministério Público (CONAMP) na defesa das prerrogativas constitucionais da Instituição foi essencial. No processo, a entidade participou dos debates como *amicus curiae* e defendeu as normas estaduais do MPRJ e a Constituição Federal.

De acordo com o 1º vice-presidente da CONAMP, Tarcísio José Sousa Bonfim, as decisões do STF compreendem que a estrutura dos Gaecos se constitui dentro da atuação legítima do Ministério Público estabelecida na Constituição Federal e faz parte das alterações necessárias para que as instituições acompanhem as demandas sociais. “Assim como todas as Instituições do Estado, é importante que o Ministério Público passe por processos de reestruturação e aperfeiçoamento, uma vez que o Direito é dinâmico e a realidade social também”, destaca o dirigente. “Há quinze anos, tínhamos uma realidade de crimes cibernéticos totalmente diferente da atual e foi necessário que o MP se aperfeiçoasse para combater este novo tipo de crime. O STF tem entendido que a criação dos Gaecos constitui um formato de atuação legítima do MP para se estruturar e se aperfeiçoar para enfrentar a criminalidade”, exemplifica.

Mais recentemente, em junho, o Plenário do STF reconheceu a constitucionalidade de resolução do MP do Estado do Rio de Janeiro que reestruturou o Gaeco no âmbito da instituição e atribuiu aos seus membros a tarefa de presidir e conduzir investigações criminais. De autoria da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), a ADI 7170 sustentava a inconstitucionalidade de se atribuir ao Ministério Público a função de investigação criminal, que seria de competência privativa das polícias Civil e Federal. Outro argumento era o de que a norma teria invadido competência privativa da União para legislar sobre direito processual e penal. “Essa é uma tese ultrapassada uma vez que a Instituição possui, sim, poder investigatório em decorrência dos poderes implícitos que estão na Constituição Federal. Isso demonstra o objetivo de que haja um

Reestruturação do Gaeco gaúcho



Registro da assinatura do Provimento 55/2023, na sessão do Conselho Superior do MPRS do dia 2 de agosto de 2023. Na foto: Rodrigo da Silva Brandalise; o coordenador dos Gaecos, André Dal Molin; Manoel Figueiredo Antunes; Diego Pessi; o procurador-geral de Justiça, Alexandre Saltz; Rogério Meirelles Caldas; João Afonso Silva Beltrame; e o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Luciano Vaccaro. Foto: Tiago Coutinho/MPRS

Com a legitimidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o Gaeco do MPRS passou por uma reformulação, que entrou em vigor no início de agosto, com a publicação do Provimento 55/2023 – PGJ no Diário Eletrônico do MP. Assim, o foco do Gaeco segue sendo combater organizações criminosas, lavagem de dinheiro, corrupção e crimes conexos, mas a estrutura passou a atuar por meio de dez núcleos regionais que abrangem todos os municípios do Estado. Cada núcleo conta com quatro promotores de Justiça com dedicação exclusiva e equipes próprias de policiais e assessores jurídicos, o que assegura o aprimoramento das investigações.

Além disso, os cargos da Promotoria de Justiça Especializada Criminal e da Promotoria de Justiça de Combate às Organizações Criminosas e Lavagem de Dinheiro integram o Gaeco. Outra medida inédita foi a designação exclusiva de quatro promotores para atuarem no grupo no Interior do Estado e a inclusão de dois procuradores de Justiça que acompanharão desde a investigação até os processos nos tribunais.

O procurador-geral de Justiça, Alexandre Saltz, explica que, a partir da reformulação da sua estrutura investigativa do Ministério Público, o Gaeco passa a concentrar os principais órgãos de investigação da Instituição sob uma única estrutura. “Foi um trabalho minucioso e muito bem arquitetado. Temos a convicção de que, com a escolha de todos os colegas e com a dedicação deles, logo conseguiremos entregar bons resultados para a sociedade gaúcha”, disse Saltz. Para o coordenador dos Gaecos, André Dal Molin, ao incorporar o Sistema Integrado de Investigação Criminal (Sisgrim), a estrutura estará apta a oferecer apoio aos demais promotores que precisarem realizar uma investigação. “É um esforço concentrado para que as investigações ganhem em qualidade e para que haja um nívelamento de conhecimento”, pontua.

Além de Flávio Duarte, Mauro Lucio da Cunha Rockenbach e Gerson Luís Kirsch Daiello Moreira, integram o Gaeco os promotores de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, Diego Pessi, João Afonso Silva Beltrame, Rogério Meirelles Caldas, Fernando Gerson, Mauro Fonseca Andrade, Rodrigo da Silva Brandalise, Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, Maristela Schneider, Júlia Flores Schutt, André Luiz Tarouco Pinto, Camilo Vargas Santana, Felipe Lisboa Barcelos, Raynner Sales de Meira, Gustavo Fava Ferrari, Diego Mendes de Lima e Flávio Eduardo de Lima Passos. ■

monopólio ou a privatividade da investigação somente a cargo da Polícia Judiciária, o que vai de encontro ao princípio da cooperação da Constituição Federal. O legislador constituinte defendia que quanto mais instituições investigarem, melhor para a sociedade brasileira, para a transparência, para a publicidade, para o combate ao crime e à violência e para a qualidade da prova”, explica Bonfim.

De acordo com a relatora, Ministra Cármen Lúcia, a norma que estabelecia a reformulação do Gaeco do Rio de Janeiro não dispôs especificamente sobre a tramitação de inquéritos policiais ou de ações penais, estabelecendo apenas a estruturação de um órgão administrativo interno do Ministério Público destinado a auxiliar o promotor natural, prestando-lhe suporte técnico e operacional para identificação, prevenção e repressão de crimes complexos, sem criar novas atribuições e competências. Além disso, a estruturação interna de grupos de atuação especializada está fundamentada na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e na Lei Orgânica do Ministério Público do Rio de Janeiro.

Em relação à condução de investigações criminais, a Ministra lembrou que a Corte, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 593.727, assegurou ao MP a competência para promover, por autoridade própria e prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e as garantias do investigado e sem prejuízo da possibilidade de controle judicial dos atos praticados. Nessa perspectiva, explica Bonfim, a investigação do Ministério Público não interfere na realizada pela Polícia, pois esta tem poder de investigar através do inquérito policial, enquanto o MP investigará por Procedimento Investigatório Criminal (PIC). “Muitas destas peças dizem que o promotor de Justiça quer presidir o inquérito policial, o que não é verdade. O MP não quer substituir a Polícia. O inquérito policial é um procedimento administrativo de investigação da Polícia Judiciária e deve ser presidido pelo delegado”, explica o 1º vice-presidente da CONAMP.

MAPA DOS NÚCLEOS REGIONAIS

5° Núcleo Regional – Serra

COMARCAS

Antônio Prado, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Canela, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Guaporé, Lagoa Vermelha, Nova Petrópolis, Nova Prata, São Francisco de Paula, São Marcos, Veranópolis, Sananduva, São José do Ouro e Vacaria

PROMOTOR DE JUSTIÇA DESIGNADO
Manoel Figueiredo Antunes

6° Núcleo Regional – Missões

COMARCAS

Campina das Missões, Catuípe, Cerro Largo, Campo Novo, Constantina, Coronel Bicaco, Crissiumal, Giruá, Guarani das Missões, Frederico Westphalen, Horizontina, Ijuí, Iraí, Porto Xavier, Palmeira das Missões, Planalto, Rodeio Bonito, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, Santo Augusto, Seberi, Santo Cristo, São Luiz Gonzaga, Três de Maio, Tucunduva, Tenente Portela e Três Passos

PROMOTOR DE JUSTIÇA DESIGNADO
Diego Pessi

3° Núcleo Regional – Vales

COMARCAS

Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Feliz, Igrejinha, Ivoti, Montenegro, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Sapiranga, São Leopoldo, São Sebastião do Cai, Taquara e Três Coroas

PROMOTOR DE JUSTIÇA DESIGNADO
Gerson Luís Kirsch Daiello Moreira

2° Núcleo Regional – Metropolitana

COMARCAS

Alvorada, Barra do Ribeiro, Cachoeirinha, Canoas, Charqueadas, Eldorado do Sul, Esteio, General Câmara, Guaíba, Gravataí, São Jerônimo, Sapucaia do Sul, Tapes, Triunfo e Viamão

PROMOTOR DE JUSTIÇA DESIGNADO
Gerson Luís Kirsch Daiello Moreira

Arte: Victor Kichler/MPRS.
Edição: Prana – Design & Cultura

7° Núcleo Regional – Planalto

COMARCAS

Arvorezinha, Augusto Pestana, Cruz Alta, Carazinho, Casca, Erechim, Espumoso, Getúlio Vargas, Gaurama, Ibirubá, Marau, Marcelino Ramos, Não-Me-Toque, Nonoai, Passo Fundo, Panambi, Ronda Alta, São Valentim, Sarandi, Soledade, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Tapejara e Tapera

PROMOTOR DE JUSTIÇA DESIGNADO
Diego Pessi

1° Núcleo Regional – Capital

COMARCA
Porto Alegre

PROMOTOR DE JUSTIÇA DESIGNADO
Elávio Duarte

8° Núcleo Regional – Central

COMARCAS

Agudo, Arroio do Tigre, Arroio do Meio, Butiá, Cacequi, Cachoeira do Sul, Candelária, Encantado, Estrela, Faxinal do Soturno, Jaguarí, Júlio de Castilhos, Lajeado, Restinga Seca, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Santa Maria, Santiago, São Borja, São Francisco de Assis, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Taquari, Teutônia, Tupanciretã, Venâncio Aires e Vera Cruz

PROMOTOR DE JUSTIÇA DESIGNADO
João Afonso Silva Beltrame

4° Núcleo Regional – Litoral

COMARCAS

Capão da Canoa, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Torres e Tramandaí

PROMOTOR DE JUSTIÇA DESIGNADO
Mauro Lucio da Cunha Rockenbach

10° Núcleo Regional – Sul

COMARCAS

Arroio Grande, Camaquã, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Herval, Jaguarão, Mostardas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte e São Lourenço do Sul

PROMOTOR DE JUSTIÇA DESIGNADO
Rogério Meirelles Caldas

9° Núcleo Regional – Campanha

COMARCAS

Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Lavras do Sul, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel e Uruguaiiana

PROMOTOR DE JUSTIÇA DESIGNADO
Rogério Meirelles Caldas

Confira operações de destaque após a reestruturação do Gaeco

PERG II: O Gaeco desencadeou, em julho, a segunda fase da Operação Perg, dentro da Penitenciária Estadual de Rio Grande (Perg). Com o apoio da Brigada Militar e da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) e apuração que contou com a participação da Delegacia de Repressão ao Crime de Lavagem de Dinheiro, a ofensiva teve como alvo uma organização criminoso sediada em Rio Grande, voltada ao cometimento dos crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. Os investigados – entre eles dois agentes penitenciários – também levavam celulares, drogas e dinheiro para dentro da casa prisional. Um dos agentes é ex-diretor da Perg e foi preso preventivamente durante o expediente. O grupo é um braço da facção que dominava o comércio de botijões de gás em Rio Grande.

Foto: Marcelo Kervalt/MPRS



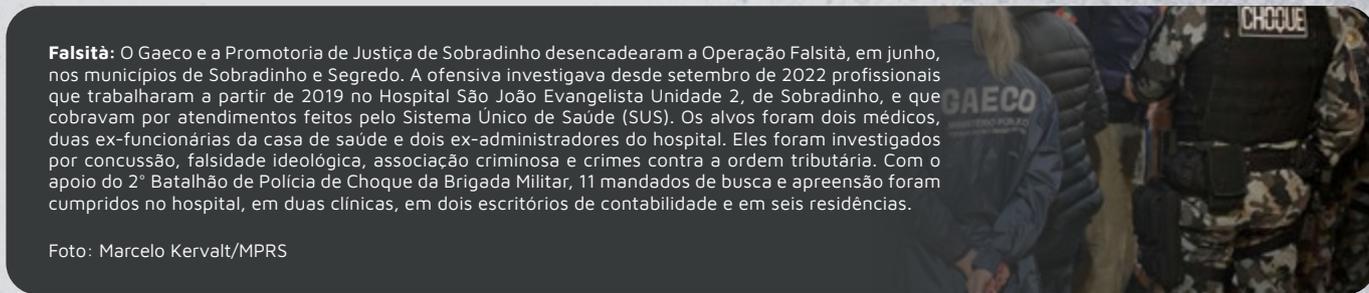
Opulência II: O Gaeco e a Polícia Civil do Rio Grande do Sul desencadearam, em junho, a segunda fase da Operação Opulência. A operação contou com 370 agentes, da Brigada Militar, da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), da Receita Estadual, da Polícia Civil do Rio de Janeiro e do Gaeco/MPRJ, a ofensiva desarticulou uma organização criminoso responsável pela prática de crimes de extorsão, formação de cartel, ocultação de bens e agiotagem em Rio Grande. Foram cumpridos 107 mandados judiciais no Rio Grande do Sul, em Criciúma (SC) e no Rio de Janeiro (RJ). Além disso, foram apreendidos R\$ 254.630,00 em espécie, munições, celulares e documentos.

Foto: Marcelo Kervalt/MPRS



Falsità: O Gaeco e a Promotoria de Justiça de Sobradinho desencadearam a Operação Falsità, em junho, nos municípios de Sobradinho e Segredo. A ofensiva investigava desde setembro de 2022 profissionais que trabalharam a partir de 2019 no Hospital São João Evangelista Unidade 2, de Sobradinho, e que cobravam por atendimentos feitos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os alvos foram dois médicos, duas ex-funcionárias da casa de saúde e dois ex-administradores do hospital. Eles foram investigados por concussão, falsidade ideológica, associação criminoso e crimes contra a ordem tributária. Com o apoio do 2º Batalhão de Polícia de Choque da Brigada Militar, 11 mandados de busca e apreensão foram cumpridos no hospital, em duas clínicas, em dois escritórios de contabilidade e em seis residências.

Foto: Marcelo Kervalt/MPRS



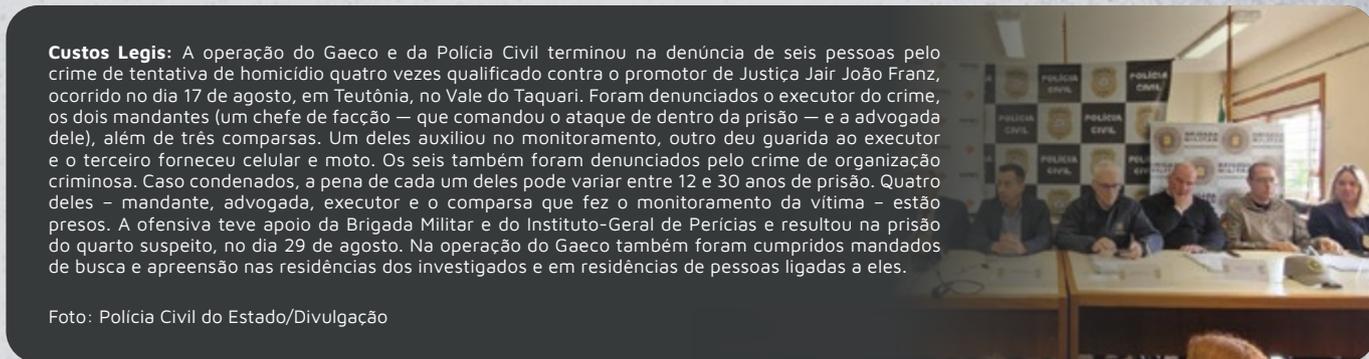
Audácia II: O Gaeco e a Promotoria de Justiça de Taquara, desencadeou a Operação Audácia II, em agosto, na cidade de Taquara e em outras cidades na região do Vale do Paranhana (Campo Bom, Dois Irmãos e Parobé). Foram apreendidos seis tijolos de crack (5,5kg), 69 tijolos de maconha (45,5kg), três tijolos de cocaína (2,7kg), 457 comprimidos de ecstasy, seis balanças de precisão, uma pistola 9mm, 41 cartuchos de munição 9mm, 229 munições de fuzil calibre 556, cinco munições de calibre 380, um drone, um veículo, R\$ 37.407,00, além de diversos celulares, aparelhos eletrônicos e documentos relacionados à investigação. A ofensiva investigava há mais de um ano o envolvimento de integrantes de uma célula de organização criminoso na execução de um jovem de 18 anos, mediante múltiplos disparos de arma de fogo de grosso calibre, na região central da cidade. Com o apoio do 32º Batalhão de Polícia Militar, do 1º Batalhão de Polícia de Choque e da Corregedoria-Geral da Brigada Militar, foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão e um mandado de prisão preventiva de um investigado.

Foto: MPRS/Divulgação



Custos Legis: A operação do Gaeco e da Polícia Civil terminou na denúncia de seis pessoas pelo crime de tentativa de homicídio quatro vezes qualificado contra o promotor de Justiça Jair João Franz, ocorrido no dia 17 de agosto, em Teutônia, no Vale do Taquari. Foram denunciados o executor do crime, os dois mandantes (um chefe de facção — que comandou o ataque de dentro da prisão — e a advogada dele), além de três comparsas. Um deles auxiliou no monitoramento, outro deu guarida ao executor e o terceiro forneceu celular e moto. Os seis também foram denunciados pelo crime de organização criminoso. Caso condenados, a pena de cada um deles pode variar entre 12 e 30 anos de prisão. Quatro deles — mandante, advogada, executor e o comparsa que fez o monitoramento da vítima — estão presos. A ofensiva teve apoio da Brigada Militar e do Instituto-Geral de Perícias e resultou na prisão do quarto suspeito, no dia 29 de agosto. Na operação do Gaeco também foram cumpridos mandados de busca e apreensão nas residências dos investigados e em residências de pessoas ligadas a eles.

Foto: Polícia Civil do Estado/Divulgação





MPRS recebe Nadia Murad, Nobel da Paz em 2018

Foto: Tiago Coutinho/MPRS

Durante sua fala, a iraquiana falou sobre o uso da violência sexual como arma de guerra e o agravamento do problema oriundo do silenciamento das vítimas

Ativista iraquiana na defesa dos direitos humanos e vencedora do Prêmio Nobel da Paz de 2018, Nadia Murad foi a convidada especial do painel, que reuniu representantes de entidades jurídicas do Estado e estudantes do curso de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP) na sede do Ministério Público gaúcho, no dia 21 de junho.

Com tradução simultânea, Nadia contou sobre como a população do Iraque sofre sob a atuação terrorista do grupo extremista Estado Islâmico e compartilhou a sua história como sobrevivente do tráfico humano e da violência a qual foi submetida junto ao povo do vilarejo em que vivia. Para ela, é necessário compreender a dimensão do uso da violência sexual como instrumento de destruição para que haja um efetivo enfrentamento do problema. “A violência sexual sempre foi considerada apenas como um efeito colateral dos conflitos armados, sendo vista como algo pequeno no contexto de guerra. Entretanto, ela é utilizada como uma arma de guerra para destruir comunidades e famílias”, enfatizou. Segundo Nadia, a crescente adesão a grupos extremistas aliada à falta de acolhimento e silenciamento das vítimas torna ainda mais complexo o cenário de combate à ação criminosa. A ativista também apontou as falhas do sistema de Justiça internacional e o desinteresse por parte das lideranças políticas mundiais como um agravante.

Um dos idealizadores do painel, o presidente João Ricardo Santos Tavares celebrou a realização do evento e ressaltou a importância do debate no cenário internacional. “Foi um momento histórico e extremamente impactante. É urgente que as lideranças mundiais e a sociedade entendam que é preciso promover ações mais efetivas para o enfrentamento dos problemas que causam a imigração dos refugiados”, destacou.

O evento foi promovido pela Associação do Ministério Público do RS (AMP/RS), pelo Ministério Público (MPRS), pela FMP, pela

Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Estado (ADPERGS), pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS), pela Associação dos Procuradores do Estado (APERGS), pela Escola Superior da Magistratura do Estado (Escola da AJURIS), pela Fundação Escola Superior da Defensoria Pública (FESDEP) e pela Escola Superior de Advocacia Pública da Associação dos Procuradores do Estado (ESAPERGS).

O painel foi marcado pela entrega do Prêmio Miguel Velasquez de Direitos Humanos de 2023 à convidada. A outorga foi realizada pelo procurador-geral de Justiça do Estado, Alexandre Saltz. Instituída pelo Ministério Público gaúcho em 2015, a honraria reconhece personalidades que se dedicam à defesa dos direitos humanos e à proteção da infância e da juventude. ■



Representantes das entidades promotoras do evento junto à palestrante. O presidente da Adpergs, Mário Rheingantz; o presidente da FMP, Fábio Sbardellotto; o procurador-geral de Justiça, Alexandre Saltz; a ativista Nadia Murad; o presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares; o diretor-presidente da Fesdep, Felipe Facin Lavarda; o vice-presidente da Ajuris, Cristiano Vilhalba Flores; a diretora da Escola da Ajuris, Patricia Laydner; a diretora-presidente da Esapergs, Fabiana da Cunha Barth; e o presidente da Apergs, Carlos Henrique Kaipper. Foto: Tiago Coutinho/MPRS

Fragmentos históricos do Palácio do Ministério Público

por Cláudio Barros Silva



Construído em meados do século XIX, o Palácio do MPRS é uma das mais antigas edificações do centro histórico de Porto Alegre e foi sede do governo nos anos da República Velha no Rio Grande do Sul. Foto: Memorial MPRS/Divulgação



Em 2002, foram concluídas as mais recentes obras de restauração do prédio, que desde novembro de 1986 tem seu tombamento histórico ratificado. Foto: Memorial MPRS/Divulgação

Conversávamos em uma reunião do Grupo Tertúlia quando surgiu o assunto referente ao Palácio do Ministério Público, que tivemos a honra de reinaugar, enquanto Procurador-Geral de Justiça, na metade do mês de dezembro do ano de 2002.

O Palácio foi concebido, em 1857, pelo Comendador Patrício Corrêa da Câmara, Primeiro Visconde de Pelotas, então Vice-Presidente da Província de São Pedro, na esquina da Rua Jerônimo Coelho com a Praça da Matriz, para ser a futura Assembleia Legislativa. A Casa Legislativa não chegou a ocupar o Palácio, pois continuou utilizando o prédio da Rua Duque de Caxias de 1835 até 1967, quando foi inaugurado o Palácio Farroupilha – este, o prédio mais antigo de Porto Alegre, inaugurado em 1790, e que hoje abriga o Memorial Legislativo.

No Palácio, após a proclamação da República, no ano de 1896, Júlio de Castilhos, Presidente do Estado, fixou residência e sede de seu governo, transformando-o no Palácio Provisório. Deste Palácio, por vinte e cinco anos, governaram o Estado os Senhores Júlio de Castilhos, Carlos Barbosa e Borges de Medeiros, até o ano de 1921, quando foi concluída a construção do Palácio Piratini.

Este Palácio, implantado na Praça dos Poderes, nasceu para ser Casa Legislativa, converteu-se em Palácio Provisório e atendeu ao Poder Judiciário até o ano de 1998, quando foi afetado ao Ministério Público, até chegar aos nossos dias, sobrevivendo à voracidade dos homens e do tempo.

Lembro que o Procurador-Geral de Justiça, Sérgio Gilberto Porto, em 1997, encaminhou ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Adroaldo Furtado Fabrício, sugerindo a utilização pelo Ministério Público do espaço histórico, que estava abandonado. Em meados de 1998, como Subprocurador-Geral, acompanhamos o colega Sérgio Gilberto Porto em audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Cacildo de Andrade Xavier, e seu Vice-Presidente, Des. Alfredo Guilherme Englert, onde tratamos sobre a utilização do espaço de

estacionamento junto ao prédio do Tribunal de Justiça, afetado à Procuradoria-Geral do Estado, e o uso e a restauração do Forte Apache, que estava afetado ao Poder Judiciário. O colega Sérgio Porto envolveu-se nas tratativas que resultaram, hoje, no novo prédio do Tribunal de Justiça e na cedência, ao Ministério Público, do prédio histórico.

Consolidada a afetação, já como Procurador-Geral de Justiça, em meados de 1999, procuramos, com amparo das leis estaduais e federais de incentivo à cultura, parcerias com a iniciativa privada e não logramos êxito. A decisão, então, foi acharmos recursos orçamentários próprios para efetuar a restauração, tarefa árdua a que se dedicou o colega Roberto Bandeira Pereira, então Subprocurador-Geral, com o nosso incansável Diretor-Geral, Jorge Antônio Gonçalves Machado. Em razão das dificuldades, contamos com o apoio inestimável do Poder Executivo, especialmente do Governador Olívio Dutra, do Vice-Governador Miguel Rosseto, e dos Secretários de Estado Jorge Santos Buchabqui, Flávio Koutzi e Arno Augustin, que entenderam a grandeza da restauração e construíram os caminhos e as soluções orçamentárias com o Ministério Público.

Em dezembro de 2002, na semana em que comemorávamos o Dia Nacional do Ministério Público, reinauguramos o Palácio do Ministério Público, em processo de restauro sob as diretrizes do colega Roberto Bandeira Pereira e dos insuperáveis servidores do Ministério Público, especialmente orientados pelo arquiteto Hugo Pasquini, a quem o Ministério Público tanto deve, e pela arquiteta contratada, Ediolanda Liedke, militante da defesa do patrimônio histórico da nossa Capital.

Estes são fragmentos históricos de um Palácio que serve ao Ministério Público e à Cidade de Porto Alegre, com sua beleza, estrutura e cores originais, com cento e sessenta e seis anos de história, e que, depois de vinte e um anos após a reinauguração, recebe novos investimentos na sua estrutura e manutenção. ■

RECOMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO

A Assembleia Legislativa aprovou, no dia 16 de maio, a recomposição dos valores do subsídio dos membros do MPRS. O Projeto de Lei 116/2023 foi aprovado pelos deputados após o longo trabalho da Associação na discussão do texto com os parlamentares. Conforme o texto do projeto, os valores aprovados passarão a corresponder a 90,25% do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. A Diretoria Executiva acompanhou a votação na ALRS junto a dirigentes de outras entidades classistas. Estiveram presentes o presidente, João Ricardo Santos Tavares, o vice-presidente Administrativo e Financeiro, Fernando Andrade Alves, e a vice-presidente de Relações Institucionais, Karine Camargo Teixeira, além do procurador-geral de Justiça, Marcelo Lemos Dornelles, e do promotor-assessor da Secretaria dos Órgãos Colegiados, Márcio Bressani.



Foto: Matheus Closs/AMPRS

ELEIÇÕES PARA PGJ



Foto: Matheus Closs/AMPRS

Na noite de terça-feira, 16 de maio, a AMP/RS promoveu o debate entre as candidaturas ao cargo de procurador-geral de Justiça. Realizado no auditório Mondercil Paulo de Moraes, na sede do MPRS, o encontro entre os concorrentes Alexandre Sikinowski Saltz, Júlio César de Melo, Martha Silva Beltrame e Maurício Trevisan foi mediado pelo presidente da Associação, João Ricardo Santos Tavares. Reunindo mais de 70 colegas no local, o debate foi acompanhado por mais de 500 pessoas ao longo do evento, que foi transmitido ao vivo pela internet.

VACINAÇÃO



Foto: Robson Hermes/AMPRS

Nos dias 14 e 15 de abril, a Associação promoveu o tradicional drive thru da Campanha de Vacinação contra a gripe, no estacionamento da sede do Ministério Público. Foi ofertada a vacina do tipo tetravalente, que protege contra quatro cepas da influenza, para aplicação em adultos e crianças a partir de 6 meses de idade. Concomitantemente à Campanha de Vacinas, foram arrecadadas doações de alimentos e produtos de higiene, que foram repassados a entidades de assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

PRESIDENTE DA FACE RS



Foto: Apergs/Divulgação

O presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, foi eleito presidente da Federação das Associações das Carreiras Típicas de Estado do Rio Grande do Sul (FACE RS) durante eleição realizada no dia 28 de abril. O encontro foi promovido na sede campestre da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Estadual do Rio Grande do Sul (AFISVEC). Completam a diretoria o vice-presidente Cláudio Martinewski (AJURIS), o secretário-geral Roger Nardys De Vasconcellos (ASOFBM), o diretor financeiro Carlos Henrique Kaipper (APERGS), e os conselheiros fiscais Mário Silveira Rosa Rheingantz, (ADPERGS), Eduardo Jaeger (AFISVEC) e Fernando Edison Domingues Soares (ASDEP).

BOAS-VINDAS AOS PROMOTORES

Os promotores de Justiça aprovados no 49º concurso realizado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul e empossados nos meses de março e setembro participaram de um churrasco de boas-vindas na sede campestre da AMP/RS. O primeiro jantar, promovido no dia 27 de abril, contemplou os 32 promotores aprovados em março. Os 11 promotores restantes, empossados em setembro, confraternizaram no dia 2 de outubro. Durante as celebrações, foi realizada a entrega das carteiras de identidade funcionais do Ministério Público.



Foto: AMP/RS



Foto: Tiago Coutinho/MPRS

CONFRARIA DO VINHO



Foto: Matheus Closs/AMPRS

A AMP/RS promoveu, no dia 4 de maio, um encontro com o objetivo de construir a Confraria do Vinho. Realizado no pub da sede administrativa, com degustação e venda de rótulos da vinícola Vaccaro, de Garibaldi, a atividade reuniu mais de 30 associados. Durante a ocasião, foi realizada a assinatura da ata de criação da confraria.



Foto: AMP/RS

A partir da criação, o grupo passou a se reunir mensalmente, com encontros na sede administrativa e campestre. No mês de setembro, foi realizada uma edição especial da Confraria na Serra Gaúcha. O encontro ocorreu na Vinícola Dal Pizzol, em Bento Gonçalves, e contou com a participação de mais de 30 associados e familiares.

FAMÍLIA ATOS 29

A AMP/RS realizou, no dia 15 de setembro, um repasse de doações oriundas do Chá Beneficente para a Família Atos 29, projeto que auxilia jovens de Casas Lares e Abrigos. O contrato de repasse dos valores que superaram a marca de R\$9 mil foi assinado pela vice-presidente de Jubilados, Guacira Almeida Martins, pela assessora especial Carmen Conti, e pelo presidente e fundador do projeto, Renan Ferreira. Junto aos recursos arrecadados, foram entregues alimentos não perecíveis provenientes de doações dos associados e kits de higiene doados por patrocinadores do Chá Beneficente. Além disso, o diretor executivo da Sicredi Ministério Público, Henry Ribeiro, e a gerente de Relacionamento da Sicredi MP, Luciane Kucera, realizaram, em nome da cooperativa, a doação de 100 kg de alimentos. O chá, realizado no dia 26 de agosto, contou com exposição de artesanato, apresentação de música ao vivo, venda de jóias, sorteio de brindes e desfile de roupas.



Foto: AMP/RS

EVENTOS NA SEDE CAMPESTRE



Foto: Robson Hermes/AMPRS

A sede campestre recebeu os tradicionais eventos de Dia das Mães e do Dia dos Pais. No dia 14 de maio, mais de 150 associados e familiares participaram do evento, enquanto no dia 13 de agosto, foram mais de 100. Além do almoço, os eventos contaram com recreação para as crianças, pinturas temáticas e brincadeiras com balões.

UNIÃO GAÚCHA



Foto: União Gaúcha

Durante reunião, no dia 15 de maio, os representantes das entidades que compõem a União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública elegeram, por aclamação, a nova Coordenação Executiva e Conselho Fiscal para a gestão 2023-2024. A nova gestão tem como presidente o defensor público e presidente da ADPERGS, Mário Rheingantz, e como vice-presidente o promotor de Justiça Fernando Andrade Alves.

CONED



Foto: Matheus Closs/AMPRS

A AMP/RS sediou, no dia 15 de maio, a reunião do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (Coned), sob a coordenação da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH). Na ocasião, o grupo discutiu a metodologia de trabalho do primeiro Plano Estadual de Políticas sobre Drogas do Estado. O projeto visa assumir relevância estratégica no enfrentamento da problemática das drogas, reduzindo os prejuízos causados pelo uso indevido dessas substâncias.

CONAMP MULHER



Foto: AMP/RS

Com o objetivo de fomentar o aperfeiçoamento dos membros Ministério Público para o fortalecimento de um ambiente de acolhimento de gênero mais justo e equânime na instituição, a CONAMP promoveu a primeira edição do Congresso CONAMP Mulher, nos dias 14 e 15 de junho. O evento ocorreu na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e contou com a participação do procurador-geral de Justiça, Alexandre Saltz; do presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares; das vice-presidentes da Associação, Karine Camargo Teixeira, Márcia Villanova e Guacira Almeida Martins; além de promotoras, procuradoras e membros da Administração Superior do MPRS.

TÁ NA MESA

Com o objetivo de discutir maior vigor da legislação penal, o papel das forças de segurança pública e dos agentes do Sistema de Justiça no combate à criminalidade, a Federasul promoveu, no dia 19 de julho, o painel “A Lei, a jurisprudência e a impunidade em crimes violentos”. Para debater o tema, foram convidados o presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, o secretário de Segurança Pública do Estado, Sandro Caron, e o desembargador do Tribunal de Justiça do RS e ex-diretor da Escola da AJURIS, Jayme Weingartner Neto.

TORNEIO DE FUTEBOL



Foto: AMP/RS

Com um grupo de mais de 40 atletas, a delegação gaúcha participou, entre os dias 8 e 11 de junho, do XX Torneio Nacional de Futebol Society do MP, realizado em João Pessoa, na Paraíba. Promovido pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e pela Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), o evento reuniu aproximadamente 700 membros do Ministério Público brasileiro para disputar nas categorias Sênior, Super Master, Master e Força Livre.

SOS ENCHENTES



Foto: AMP/RS

A AMP/RS deu início, no dia 15 de setembro, à entrega de donativos da campanha SOS Enchentes. O presidente João Ricardo Santos Tavares, o promotor de Justiça do município André Eduardo Schröder Prediger e o titular do Conselho de Representantes Carlos Eduardo Vieira da Cunha estiveram na Prefeitura de Taquari, em reunião com o prefeito do município, André Brito, para realizar a entrega de 37 fogões e botijões de gás para famílias vítimas das enchentes causadas por um ciclone extratropical. No dia 28, foi a vez de 400 famílias vítimas das enchentes na Ilha da Pintada, em Porto Alegre, receberem mais de R\$10 mil em cestas básicas e kits de higiene e limpeza. Durante a campanha, que contou com a divulgação de artistas como Michel Teló e Juliette, foram arrecadados mais de R\$300 mil.



Foto: AMP/RS

JANTAR FARROUPILHA



Foto: Matheus Closs/AMP/RS

A AMP/RS realizou, no dia 12 de setembro, o seu tradicional Jantar Farroupilha em alusão ao Dia do Gaúcho. O evento reuniu os associados no Piquete Revolução dos Tauras, no Parque Harmonia, marcando um momento de confraternização e celebração da cultura gaúcha, com direito

a churrasco e apresentação ao vivo do grupo Essência Fandanguera, além da participação de associados que cantaram músicas nativistas, acompanhados da banda. A iniciativa, que teve a participação de mais de cinquenta pessoas, contou com o apoio da Sicredi Ministério Público.

SEMANAS DO MP

Entre maio e outubro de 2023, as Semanas do Ministério Público passaram por sete cidades gaúchas. Nos dias 9 e 10 de maio foi realizada a 2ª Semana do MP de São Luiz Gonzaga, em parceria com a URI. Palestraram o promotor de justiça Paulo da Silva Cirne e o vice-presidente da AMP/RS Fernando Andrade Alves. Nos dias 23 e 24 de agosto, o evento ocorreu pela 15ª vez no Litoral Torres. Na ocasião, a Ulbra Torres recebeu o promotor Leonardo Menin e as promotoras Cristiane Della Méa Corrales e Ivana Battaglin.

Ainda em agosto, a mais tradicional Semana do MP chegou a sua 39ª edição entre os dias 29 e 31. Em parceria com a Unisc, o evento teve a palestra de abertura do PGJ, Alexandre Saltz. A programação teve ainda a promotora Cinara Vianna Dutra Braga e o promotor Cláudio Morosin Rodrigues. Nos dias 18 e 19 de setembro, Saltz participou novamente da Semana do MP, desta vez em Frederico Westphalen. Tendo sua primeira edição na cidade, a URI ainda contou com a palestra do procurador Sílvio Munhoz.

No mês de outubro, Taquara recebeu a 13ª Semana do MP da Rota da Serra, no dia 3. A programação contou com as palestras do procurador-geral de Justiça, Alexandre Saltz, e da promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira. O PGJ também foi um dos palestrantes da 6ª Semana do MP de Cachoeira do Sul, realizada nos dias 17 e 18 de outubro. Além dele, participaram os promotores de Justiça Eugênio Paes Amorim, Roberto Carmai Duarte Alvim Junior e Alessandra Moura Bastian da Cunha. Nos dias 18 e 19 de outubro, foi a vez de Nova Prata receber o evento pela 4ª vez. Palestraram os promotores de Justiça Manoel Figueiredo Antunes e Alessandra Moura Bastian da Cunha.



Santa Cruz do Sul. Foto: Tiago Coutinho/MPRS



Litoral Norte. Foto: Tiago Coutinho/MPRS



São Luiz Gonzaga. Foto: URI

A riqueza das cidades



**Mário
Cavaleiro
Lisbôa**

Procurador
de Justiça
jubilado

Foto:
Robson Hermes

Evaristo falava rindo. Mas não era uma risada dessas que fazem barulho; era apenas um sorriso entre tímido e simpático. Além disso, tinha uma conversa serena, interessante e espirituosa. E assim, sem fazer muito esforço, ia cativando as pessoas. Quem não gosta de ficar perto de uma pessoa sorridente? Levando consigo esse jeitinho agradável, ele apareceu na casa do tio Januário, em Porto Alegre. Não se viam há muito tempo. Com tudo já combinado, ele iria permanecer algum tempo na casa do tio, à procura de um emprego. Todos na família gostaram de Evaristo; seu sorriso era o que estava faltando naquela casa. Pois justamente nesse período surgiu um negócio para Januário, a oferta da compra de um bar. Um bar? Hum, Januário ficou pensativo. É certo que o negócio não lhe era estranho, já tivera um bar há muitos anos. Mas, agora, começar tudo de novo? Ficou na dúvida. Contudo, a memória do barulho dos copos, das garrafas sendo abertas e do zunzuzum dos frequentadores falou mais alto, e Januário terminou aceitando a oferta. Em poucas semanas já estava em plena atividade. Colocou Evaristo de seu braço direito. Tirando proveito da simpatia do sobrinho, Januário deu a ele a incumbência de receber os fregueses e os acomodar em alguma mesa. A experiência há muito lhe ensinara que o bom atendimento pode suprir muitas falhas da cozinha. Não poderia ter tido ideia melhor. A forma como Evaristo recebia os clientes agradava a todos e proporcionava a fidelização de muitos. Esse sobrinho foi um achado! Concluiu Januário.

Evaristo, por sua vez, além de rir, gostava de pensar. E exercia tal atividade muitas vezes ao observar os fregueses. Durante o dia, os clientes iam chegando e ocupando as mesas. A maioria fazia um lanche ou uma refeição e ia embora. Outros vinham acompanhados e ficavam conversando. Alguns contudo pediam um cafezinho ou um refrigerante apenas para ocupar uma mesa e ali ficavam, parados, sozinhos, olhando para o nada. E iam ficando, ficando. Que coisa!, pensava Evaristo; quem olha muito para o nada na verdade está olhando para dentro de si mesmo. Até porque o nada não existe para quem está vivo. O que essas pessoas querem fazendo tanta escavação interna? É um excesso de si. Isso pode ser

desconfortável, pois o âmago nem sempre é amigável. A pessoa precisa sair um pouco de seu covil, deixar-se em paz. A frase fica assim: Era comum Evaristo se aproximar da pessoa que estava contemplativa e puxar conversa, esse freguês está precisando tomar um choque de mundo. Simpático, Evaristo com facilidade entabulava conversação com o outro, garimpando assuntos de que o interlocutor gostasse. Procurava falar sobre coisas concretas, os contemplativos precisam se afastar um pouco da subjetividade. Futebol, guerra da Ucrânia, limpeza das ruas, coisas bem mundanas. Algum assunto que envolvesse números também era escolhido por Evaristo, pois não existe número subjetivo. Essa passou a ser sua principal atividade no bar. E Evaristo gostou disso, pois a solicitude lhe proporcionava conhecer pessoas das mais variadas, por

vezes muito interessantes. Todo o contemplativo é invulgar, concluiu Evaristo. E o gosto por aquilo foi aumentando cada vez mais. Ele sentia-se bem ao perceber que estava sendo útil para as pessoas, pois notava que elas ficavam satisfeitas com sua intervenção. Todos os dias Evaristo ficava almejando que aparecesse um freguês solitário. O tio observava tudo e aprovava, isso comercialmente também é muito bom.

O tempo foi passando, até que um dia, sem querer, Januário morreu de repente; ataque do coração. A família virou de ponta-cabeça, Januário era o provedor, o esteio financeiro do clã. E agora? Depois de muita discussão entre os herdeiros, resolveram desfazer-se do bar; cada um tinha interesses e necessidades diferentes. Desolado, Evaristo decidiu voltar para sua cidade interiorana. Ficou muito tempo arrastando os pés pelas ruas da cidade, relatando aos amigos íntimos sua aventura na cidade grande. E, entre um sorriso tímido e outro, lamentando-se muito. Então, três amigos, daqueles bem amigos, resolveram colaborar e ao mesmo tempo investir em Evaristo. Associaram-se a ele e abriram um bar. Evaristo ficou exultante, agora iria fazer novamente o que mais aprendera a gostar: lidar com os contemplativos. O bar deu certo, havia movimento razoável. Mas a maior expectativa de Evaristo não se concretizou: ninguém, numa cidade pequena, fica sozinho numa mesa de bar. ■



Voto decisivo e salvador

Cláudio Brito

Promotor
de Justiça
jubilado
e jornalista

Foto:
Arquivo pessoal



Esta é uma história de eleição. Vivida por mim, quando fui Promotor Eleitoral em São Leopoldo, durante eleições municipais de 1988. Terminada a coleta dos votos, deu-se a demorada apuração das cédulas de papel, que os eleitores preenchiam com nomes de partidos e nomes ou números de candidatos. Tudo recolhido pelos mesários, que ao fim da votação lacravam as urnas de lona e as conduziam aos escrutinadores. Naquele pleito, no ginásio da Unisinos, dezenas de mesas eram os locais de trabalho dos apuradores. Já começava a noite, quando o magistrado titular da 51ª Zona Eleitoral proclamou os eleitos, o novo prefeito e os vereadores. Trabalho finalizado, já nos despedíamos e os porteiros cuidavam de lacrar as portas daquela praça de esportes transfigurada em sagrado local do escrutínio de um pleito sempre sensível ao público, quando as escolhas são próximas, por serem locais.

Bem na hora de sairmos, um chamado nos reteve. Uma senhora aproximou-se de mim e, ostentando seu título eleitoral, foi logo dizendo: “Doutor promotor, teremos que anular a eleição. Meu voto não apareceu. Acompanhei toda a apuração junto às pessoas que faziam a contagem dos votos da minha seção eleitoral. Minha cédula sumiu. Fiquei de olho muito aberto, controlando cada cédula que tiravam da urna e contavam. Meu candidato teve zero voto na minha seção eleitoral. Impossível. Quero anular tudo”.

Solução plenamente legal foi proposta por este que agora conta a ocorrência, logo acolhida e consolidada pelo juiz. A urna foi reaberta e os votos foram despejados outra vez sobre a mesa onde aconteciam os trabalhos. Para casos análogos, já dizia a jurisprudência de então, poderia ser feita uma recontagem, desde que a dúvida a ser sanada fosse insuficiente para eventualmente alterar todo o resultado do pleito, que já tivera sido proclamado pelo magistrado que presidia os trabalhos. Para mexer além disso, só mesmo com remessa ao Tribunal Regional Eleitoral.

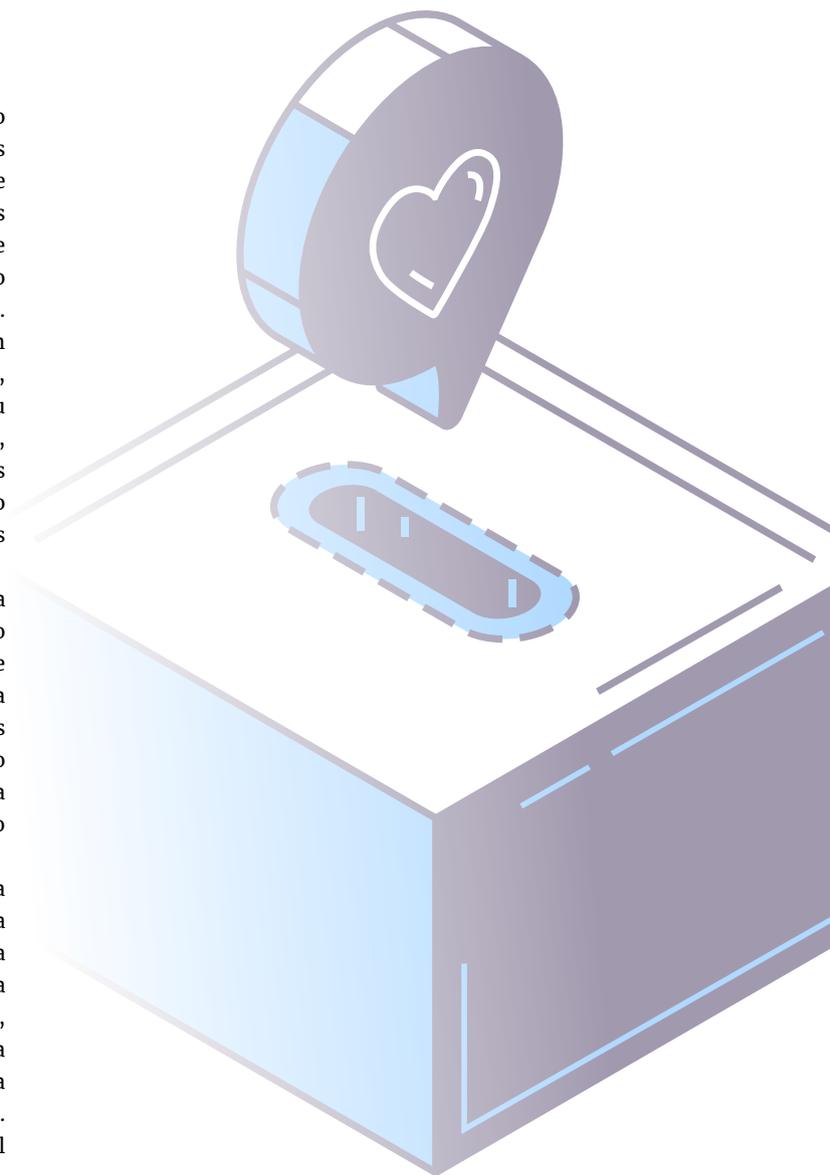
Uma vez despejadas as cédulas sobre a mesa, a senhora falou: “Está ali o meu voto! Vejam, eu tinha razão. Ele está preenchido com a minha escolha, tudo certo. O erro foi na hora de passarem para o mapa da apuração, onde meu candidato ficou sem voto na minha seção”. Logo depois, pedindo licença para pegar a cédula, o que o juiz autorizou, aquela senhora dirigiu-se até a rampa de acesso ao local, onde um senhor a aguardava. E, sorrindo de felicidade, ela disse: “Viste, meu bem? Está aí meu voto. Eu votei em ti, meu coração”.

O casamento estava salvo, pois a recontagem permitiu que aquela mulher exibisse a verdade que ela sabia como ninguém.

Seu marido era candidato a vereador, sem ter conseguido eleger-se. Imaginemos o que aconteceria se ele tivesse mesmo nenhum voto na urna em que votou sua amada. A conversa daquela noite, na residência do casal, nada teria a ver com o pleito em si, mas com algo fundamental, transcendental: a felicidade de um casal, a paz e o amor reinantes em um lar.

O juiz até hoje se indaga: “O representante do MP atuou como Promotor Eleitoral ou como Curador de Família?” Não importa. O que vale é que o casal seguiu firme sua trajetória de uma vida familiar muito feliz.

Então...ex positis, justus est! ■



ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL

amp/rs 82
ANOS

Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501
Praia de Belas - CEP 90050-191
Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3254.5300
www.amprs.com.br